

O CULTIVO DO TABACO E A AGRICULTURA FAMILIAR NA LINHA PIQUIRÍ - PRUDENTÓPOLIS, PR, BRASIL

Maristela Organek¹

Roberto Antônio Finatto²

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo principal descrever e analisar a produção do tabaco pelos agricultores familiares da linha Piquirí, uma das comunidades rurais do município de Prudentópolis, estado do Paraná, região Sul do Brasil. Nesse propósito, foi realizado um breve resgate histórico do tabaco no estado e no município citado. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema e trabalho de campo para análise *in loco* do cultivo do tabaco. Fatores como a rentabilidade, a facilidade da obtenção dos insumos, o transporte e a certeza de comercialização fizeram com que o tabaco substituísse culturas tradicionais em várias áreas da região Sul do país. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que revela a subordinação da agricultura familiar ao modelo econômico hegemônico por meio da relação com a agroindústria, a produção do tabaco também contribui para a permanência dos agricultores no campo, já que utiliza a mão de obra familiar e contribui significativamente com a geração de renda das famílias.

Palavras-chave: Tabaco, Agricultura familiar, Agroindústrias.

Introdução

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro adquire variadas feições, sendo que em algumas áreas a acumulação de capital ocorre mais rapidamente do que em outras. A produção do tabaco, enquanto parte desse processo, integra os agricultores familiares ao sistema de produção e circulação de mercadorias em nível internacional, contribuindo assim para a (re)produção do capital. Se ocorre a circulação de mercadorias em nível internacional, deve-se considerar que é no nível local, nas comunidades onde os agricultores moram e cultivam os produtos agrícolas, que as relações e contradições se materializam.

Diante disso, este trabalho objetiva descrever e analisar a produção do tabaco pelos agricultores familiares da linha Piquirí, interior do município de Prudentópolis, no estado do Paraná. Para tanto, foi realizada observação participante e a realização de entrevistas com os agricultores que trabalham com o tabaco na localidade de estudo. As entrevistas foram

¹ Acadêmica do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul. E-mail: mari2014ledoc@gmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul. Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA). E-mail: robertofinatto@gmail.com

realizadas nos meses de agosto e setembro de 2017. Foram entrevistados dois produtores de tabaco orgânico e quatro do tabaco convencional, em suas respectivas propriedades. Além disso, foram obtidas informações relevantes de dois orientadores que supervisionam os produtores na comunidade.

Alguns elementos históricos sobre a produção do tabaco no Brasil

Do ponto de vista histórico, no caso brasileiro, a produção de tabaco sempre teve um caráter econômico complementar, não competindo com as áreas destinadas aos monocultivos. Assim, o cultivo do tabaco “nunca chegou a ser propriamente um ciclo econômico, mas apenas uma atividade econômica auxiliar dos ciclos principais” (BRUM, 1998, p.136). Por outro lado, as necessidades crescentes de escravos para exploração da cana-de-açúcar e para as minas de ouro fizeram com que o comércio de fumo prosperasse (NARDI, 1996).

A produção do tabaco no início do século XIX estava voltada à produção comercial e ocupava pequenas áreas, envolvendo os atuais estados da Bahia e de Pernambuco. A utilização da mão de obra familiar facilitava a expansão da produção que tinha como destino o mercado europeu.

A produção foi rapidamente se expandindo para outros estados, como Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e logo chegou na região Sul, onde as áreas colonizadas pelos imigrantes europeus passaram a desenvolver o cultivo. De acordo com Nardi (1996), a partir de 1850, a região Sul começou a se destacar com a produção em pequenas propriedades, em áreas destinadas à colonização de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Segundo Etges (1991), no início do século XIX houve um aumento significativo no consumo de cigarros; a região Nordeste era responsável pela produção de fumo de coloração escura, chamado fumo de corda, para a fabricação de charutos, cigarrilhos e rapé; a região Sul, sobretudo os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, se especializava no aumento da produção de tabacos claros para fabricação de cigarros.

Conforme Spies (2000), os imigrantes se encontravam em vulneráveis condições econômicas, a produção de alimentos cultivados era para o autoconsumo e o excedente não era suficiente para manter as famílias. Dessa forma, viram na cultura do tabaco uma alternativa de melhorar as condições econômicas. Outro fator que assegurou que as famílias

se dedicassem cada vez mais ao tabaco foi a possibilidade de cultivo em unidades de produção de menor dimensão e com mão de obra familiar abundante.

No ano de 1940 a região Sul já alcançava a posição de maior produtora de tabaco em folha no Brasil, com 27.507 toneladas, representando 52% da produção nacional. A década de 1950 foi marcada pela superprodução do tabaco. Os fumicultores se viram sem alternativas, entregavam sua produção por preço muito abaixo do mercado para não terem prejuízos ainda maiores. Entre as décadas de 1950 e 1960 a produção de fumo no cenário mundial permaneceu sem aumento significativo na comercialização, gerando grandes excedentes do tabaco. Os locais de armazenagem das firmas e cooperativas permaneciam lotados, além de o agricultor não conseguir vender todo o seu produto (VOGT, 1994, p.102).

Para que a situação da produção do tabaco brasileiro começasse a melhorar, deveria haver um aumento na qualidade do produto. Conforme Vogt (1994), a partir da década de 1970, foi injetada grande quantidade de capital na produção para o melhoramento da produção. Esse fator estava relacionado à aquisição de produtos químicos, maquinários, novas construções para armazenar o tabaco, estufas e barracões. Além disso, a assistência técnica na propriedade estabelecia a garantia da compra integral do produto.

A partir de 1970, com a intensificação da internacionalização do setor, o incremento dado aos tratamentos convencionais da agricultura e o advento tecnológico, a região Sul ampliou significativamente a produção e, em 2006, foi responsável pela produção de 871.938 toneladas do produto, representando 96,8% da produção nacional (SILVEIRA et al., 2011).

Dados disponibilizados pelo Sinditabaco (2012) apontam que o cultivo da planta está presente em 704 municípios do sul do país, envolvendo mais de 187 mil famílias de agricultores, totalizando um número de aproximadamente 742 mil pessoas no meio rural envolvidas com a produção e mais de 30 mil empregos diretos nas indústrias de beneficiamento.

Com a modernização da agricultura e a ampliação dos complexos agroindustriais na região Sul, a contribuição da tecnologia tornou-se favorável à produção, elevando os índices de produtividade e de qualidade do produto. Esses resultados só foram possíveis por meio dos investimentos contínuos no aperfeiçoamento das técnicas de produção e beneficiamento praticados, em boa parte, por agroindústrias multinacionais que passaram a investir mais para obterem maior lucro. Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura brasileira, a ampliação dos complexos agroindustriais na região Sul e a contribuição da tecnologia, foram

elementos que potencializaram a produção elevando os índices de produtividade e qualidade do tabaco.

As principais indústrias de processamento do tabaco estão instaladas no Rio Grande do Sul, nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, onde processam cerca de 80% da produção do tabaco da região Sul. O restante é realizado nas usinas de processamento localizadas nos municípios de Joinville e Blumenau (Santa Catarina) e de Rio Negro (Paraná) (SILVEIRA, 2015, p.27).

Silveira (2015) também aponta que no caso do Paraná e Santa Catarina a distância das áreas produtoras em relações às principais usinas de processamento instaladas no Rio Grande do Sul levou as empresas multinacionais a instalarem unidades de compra próximas das áreas de produção, que posteriormente encaminham o tabaco para processamento nas usinas gaúchas.

Em 2006, a microrregião de Irati, no Paraná, assumiu a segunda posição do ranking estadual de produção. O município de Prudentópolis também ampliou sua produção no período de 1996 a 2006 em 252% fazendo parte da expansão da produção do tabaco no Paraná. Esse crescimento vem sendo gradativo devido ao resultado da relação de subordinação dos agricultores pelas empresas.

Os dados divulgados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) da safra 2015/2016 indicam que o município de Prudentópolis está em 16º no ranking dos maiores produtores de tabaco na região Sul, conforme tabela a seguir.

Tabela 01 - Os 20 municípios com maior produção de tabaco na região Sul.

	Municípios	Produtores	Produção (ton)
1	Canguçu (RS)	4.739	16.631
2	São Lourenço do Sul (RS)	3.462	14.433
3	Venâncio Aires (RS)	4.050	13.757
4	Canoinhas (SC)	2.773	11.279
5	Santa Cruz do Sul (RS)	3.611	10.888
6	Itaiópolis (SC)	2.414	10.715
7	Candelária (RS)	3.092	10.547
8	Camaquã (RS)	2.323	10.469
9	Vale do Sol (RS)	2.706	10.439
10	Rio Azul (PR)	2.660	10.013
11	Santa Terezinha (SC)	1.971	9.332
12	São Joao do Triunfo (PR)	2.216	9.041
13	Dom Feliciano (RS)	1.863	8.881
14	Irineópolis (SC)	2.079	8.242

15	Arroio do Tigre (RS)	2.404	7.309
16	Prudentópolis (PR)	1.720	6.963
17	Vera Cruz (RS)	2.004	6.817
18	Agudo (RS)	2.064	6.619
19	Ipiranga (PR)	1.758	6.295
20	Pelotas (RS)	1.649	6.272

Fonte: AFUBRA (03/03/2017), adaptada pelos autores.

Conforme dados da AFUBRA (2017a), a região Sul do país produziu 525.221 toneladas de tabaco na safra 2015/2016. Essa produção foi desenvolvida em uma área de 271.070 hectares pelo trabalho de 144.320 famílias. A região Sul foi responsável por 97,5% da produção total nacional do produto.

Os estados da região Sul são compostos por pequenos municípios que apesar do avanço do sistema capitalista de produção ainda dependem em boa parte da mão de obra familiar no campo. Esse é o caso do município de Prudentópolis.

O município de Prudentópolis e a fumicultura

O município de Prudentópolis é caracterizado pela forte presença de imigrantes ucranianos, que chegaram a partir do ano de 1895. No ano 1896 foi registrada a entrada de 1.500 famílias ucranianas, totalizando aproximadamente oito mil pessoas. A imigração continuou crescendo até a década de 1920 e foi decaindo nos anos seguintes. Assim, Prudentópolis tornou-se o município brasileiro que mais recebeu ucranianos (IBGE, 2008).

Nesse processo de colonização, destaca-se também a vinda de outros imigrantes ao município, como poloneses, alemães e italianos. Esses novos habitantes dedicaram-se à agricultura, pecuária e às pequenas indústrias. Esse processo de povoamento e desenvolvimento resultou na fundação oficial de Prudentópolis, através da lei estadual nº 615 de 5 de março de 1906, com seu território desmembrado do município de Guarapuava no dia 12 de agosto do mesmo ano.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), 22.463 habitantes do município residiam na área urbana e 26.329 na área rural. Dados estimados de 2017 apontam que o município possui 52.125 mil habitantes. Prudentópolis ocupa uma área de aproximadamente 2.308 km², o terceiro maior município do estado, a sede localiza-se ao lado da BR-373, entre os municípios de Ponta Grossa e Guarapuava, com acesso também pela BR-277 ao sul do município.

A imigração teve um papel fundamental em Prudentópolis, sobretudo na sua formação cultural, social e econômica. As técnicas agrícolas trazidas pelos imigrantes propiciaram às famílias uma rápida adaptação ao meio rural e o conseqüente crescimento econômico. Atualmente, a economia de Prudentópolis está assentada sobre o setor de serviços, com destaque para a atividade turística, a agropecuária e a indústria. Destaca-se a produção madeireira, metalúrgica e as culturas de soja, feijão e fumo.

Desde a década de 1970 a produção do tabaco vem se destacando como uma atividade importante na geração de renda familiar. As empresas fumageiras tiveram um papel importante em Prudentópolis e em outros municípios do seu entorno, devido à competitividade do setor, elas enviavam representantes até as famílias para oferecer propostas para cultivarem o tabaco. Assim, os agricultores passaram a cultivar cada vez mais essa planta. No início, a atividade era muito dependente do trabalho manual, resultando em pequenas quantidades do produto.

O cultivo de tabaco é uma atividade agrícola que vem aumentando anualmente entre os agricultores familiares do município. A comunidade da Linha Piquiri segue essa mesma lógica, onde, cada vez mais, o cultivo ganha espaço. Entretanto, os produtores não deixaram de cultivar produtos tradicionais, como o feijão, a soja e o milho. Com estes cultivos realizados na entressafra do tabaco, os agricultores ampliam a renda familiar. Muitos são os fatores que levaram as famílias a trabalhar no cultivo do tabaco no município de Prudentópolis, um deles é a possibilidade de desenvolver a produção em pequenas áreas de terra.

Assim, o tabaco contribui para a permanência dos agricultores no campo, contando com o trabalho manual e familiar dos indivíduos. Essa cultura exige muito esforço físico, pois desde o início da produção até a comercialização são praticamente 12 meses dedicados ao tabaco. O processo se inicia pela preparação do solo, semeadura da planta nos canteiros, plantação, período de crescimento e manejo da lavoura, colheita das folhas maduras semanalmente e secagem nas estufas elétricas. As etapas de preparação duram cerca de oito meses de cuidados diários; o restante dos meses é usado pelos agricultores para a classificação do produto e a negociação com as empresas compradoras. Nesse período, o agricultor trabalha de forma menos intensa comparada com as épocas de plantio e colheita.

O município de Prudentópolis, em relação à produção do tabaco, pertence ao núcleo regional de Irati, o qual ocupa o quinto lugar no ranking estadual na produção de tabacos

claros. Na safra de 2012/2013 o município foi responsável por 10.192 toneladas de fumo e contou com a mão de obra familiar de aproximadamente 1.813 famílias. A parte norte do município não cultiva o tabaco, devido às características do clima e topografia que não proporcionam o plantio, o desenvolvimento da planta é muito inferior quando comparado com a parte central e sul do município.

O tabaco vem se destacando pelos fatores descritos acima, já que é mais eficiente economicamente quando comparado a outros cultivos que utilizam muita mecanização. Segundo dados divulgados pelo IBGE (2015), as culturas que mais se destacam no município, conforme a tabelas abaixo são: feijão, milho, soja e fumo.

Tabela 02 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor de produção agrícola pelo tipo de cultura temporária - 2015.

Cultura temporária	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1.000,00)
Feijão	27.000	39.400	1.459	68.970
Milho	12.600	11.400	905	4.122
Soja	29.300	85.260	2.910	84.471
Fumo	4.350	11.049	2.540	73.670
Trigo	8.100	23.490	2.900	15.683
Arroz	415	955	2.301	746

Fonte: IBGE-produção agrícola municipal 2015, acesso em 06/06/2017.

Ao analisarmos a tabela acima, percebe-se que as culturas do feijão e da soja são mais rentáveis e o tabaco aparece na terceira posição neste item; mas se analisarmos a área plantada e a produção em toneladas, o tabaco se torna mais rentável em comparação com as demais culturas. A partir dos dados pode-se apontar que a permanência das famílias na produção de tabaco deve-se, entre outros fatores, à rentabilidade do produto.

O cultivo do tabaco na linha Piquirí - Prudentópolis/PR

A produção do tabaco na comunidade de Linha Piquirí possui uma organização individual em cada família, das 120 famílias que residem na comunidade, 85 são produtoras de tabaco químico e 05 produzem o tabaco orgânico. Além do tabaco, outras culturas também são fonte de renda para a comunidade, dentre elas o feijão, a soja e o milho. Essas famílias são proprietárias da terra e a mão de obra familiar permanece em todos os momentos da produção.

A imagem abaixo retrata diferentes períodos de desenvolvimento do tabaco, também destaca a utilização de mão de obra feminina que possui grande relevância na comunidade pesquisada.



Fonte: pesquisa de campo (Maristela Organeck), novembro/dezembro de 2016.

Figura 01 – Estágios de desenvolvimento da cultura do tabaco - Linha Piquirí – Prudentópolis.

Na comunidade pesquisada atuam as seguintes empresas compradoras de tabaco químico: Universal Leaf Tabacos, Souza Cruz, Indústria Nacional do Tabaco (INT), Continental Tabaco (CTA), Premium Tabacos do Brasil, Alliance One, e a única compradora do tabaco orgânico é Organik Soul Tabacos. Porém, há muitos atravessadores no município, o produtor ao mesmo tempo em que tem contrato de venda com as firmas cadastradas, também possui liberdade para escolher a melhor forma da venda do seu produto, principalmente quando a quantidade produzida excede aquela do contrato.

A produção do tabaco do município de Prudentópolis ocorre a partir dessa relação de integração dos agricultores. Nesse sistema, os produtores de tabaco, por meio de contrato firmado com as empresas compradoras, comprometem-se a produzir determinada quantidade seguindo as exigências técnicas e a entregar totalmente sua produção para a mesma; em troca, ganham garantias de fornecimento de insumos em suas propriedades e assistência técnica. As

empresas ficam com a responsabilidade de comprar todo o tabaco e de transportá-lo até o local de compra.

No momento da comercialização do tabaco ocorre o controle unilateral, no qual as empresas definem as classes do produto entregue pelos produtores, permitindo alta lucratividade sobre o produto. Essa etapa da comercialização do tabaco revela de forma clara a subordinação dos fumicultores, uma vez que as empresas decidem de acordo com seus critérios, fazem análises das folhas do tabaco com muita rigorosidade e mantém os agricultores dependentes por meio dos financiamentos realizados durante a safra³.

De modo geral, os agricultores possuem contrato anual de compra e venda com as empresas compradoras, mas existem também as grandes empresas que realizam contratos de longo prazo, de 3 a 5 anos, renovados automaticamente se não houver renúncia de uma das partes. Caso ocorra uma quebra de contrato por desvio de produção, a empresa cobra um valor em quilos do produto, sendo cobrado 5% do valor da estimativa total de entrega baseado no quilo de fumo TO2.

Segundo o orientador⁴ entrevistado, as empresas normalmente não executam esses contratos, entretanto, algumas analisam o total em quilos que o fumicultor deveria entregar. Nesse caso, são analisados os motivos para a meta não ter sido atingida. Dependendo da causa do problema a empresa pode refinanciar a dívida com juros de 12% ao ano ou então caracterizar o agricultor como inadimplente.

A imagem abaixo foi tirada dentro de uma unidade compradora no município de Prudentópolis, momento da comercialização do produto final em que o tabaco era carregado no caminhão para ser transportado até as indústrias de processamento no estado do Rio Grande do Sul.

³ De acordo com a Instrução Normativa 10/2007, o tabaco em folha curado será classificado em grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo o seu preparo, sua apresentação e arrumação, sua posição nas plantas, cor das folhas e sua qualidade, respectivamente. Sendo elas: TO1, TO2, TO3, TR1, TR2, TR3, TL1, TL2, TK, B01, B02, B03, BR1, BR2, BR3, BL1, BL2, BK, C01, C02, C03, CR1, CR2, CR3, CL1, CL2, CK, X01, X02, X03, XR1, XR2, XR3, XL1, XL2, XK, G2, G3, N, SC, ST.

⁴ Funcionário da empresa tabagista que atua diretamente com o agricultor fornecendo a assessoria técnica na produção e na comercialização do produto.



Fonte: pesquisa de campo (Maristela Organek), março de 2017.

Figura 02 – Carregamento do tabaco em unidade compradora no município de Prudentópolis.

Ao mesmo tempo em que os agricultores possuem aparentemente benefícios (como o transporte do produto até as unidades de comercialização), as empresas não assumem qualquer risco da má formação do tabaco, mas podem, no caso de uma frustração da safra causada por doenças ou problemas climáticos, fazer uma renegociação do débito do produtor. Porém, a empresa não realiza nenhum tipo de melhoria na qualidade do produto, havendo problemas nesse sentido ela pode disponibilizar o corpo técnico para eventuais consultas e tentar resolver os problemas futuramente, assim, o débito gerado naquela safra em função da baixa qualidade do produto não é perdoado.

Posteriormente à utilização dos insumos nas propriedades que cultivam o tabaco, é descontado o valor dos mesmos pelas empresas após a entrega da produção na unidade de comercialização, a taxa de juros normalmente tem como base o crédito rural, o mesmo é fixado pelo Banco Central, sendo assim as empresas usam esse indicador que possui valor aproximado de 8,75% ao ano.

O tabaco orgânico na comunidade de Linha Piquirí

Com o interesse de diminuir os riscos da exposição aos agrotóxicos, alguns agricultores familiares da comunidade da Linha Piquirí estão iniciando o cultivo do tabaco orgânico. O número de famílias que trabalha nesse sistema de produção é muito inferior ao do

tabaco convencional. Como já mencionado, 85 famílias trabalham com o tabaco químico e 05 famílias produzem exclusivamente tabaco orgânico.

A pesquisa de campo permitiu constatar que estes agricultores cultivavam o tabaco convencional, mas o substituíram pelo orgânico devido aos riscos à saúde que estavam expostos e pelo fato de o tabaco orgânico ser comercializado com um valor de, pelo menos, 60% acima do químico.

Após levantamento de dados dos produtores, foi realizada a entrevista com um orientador a respeito do tabaco orgânico, o qual relatou que o destino do tabaco orgânico segue o mesmo processo do tabaco químico (convencional). Entretanto, a empresa que recebe esse produto deve ser certificada perante os órgãos regulamentadores internacionais, grande parte do tabaco orgânico se destina à União Europeia, Estados Unidos e Japão.

O orientador ainda relatou as principais diferenças do tabaco convencional e do orgânico. Ele descreve que o produtor deve estar aberto a essa mudança, ele não pode “pensar quimicamente”, uma vez que precisa de áreas específicas para produzir em sistema orgânico. As áreas são certificadas com a mediação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR. A certificação é realizada por uma empresa certificadora contratada que realiza a inspeção e confere a certificação.

Há especificidades em relação à legislação dos diferentes países sobre o tempo mínimo em que a área destinada ao cultivo do tabaco orgânico não tenha recebido agrotóxicos ou outros insumos convencionais. Em alguns casos os produtores precisam aguardar 36 meses para receber a certificação.

O tabaco orgânico recebe cama de aviário como base da adubação. Apesar de ser o mesmo tabaco, as mesmas variedades e o mesmo processo de produção, a diferença em relação ao preço pago tem atraído interessados em trabalhar no sistema orgânico.

Considerações finais

Durante a pesquisa foram identificadas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores no processo de comercialização, pois não basta a empresa garantir a compra, ela necessita garantir um preço justo a ser pago pelo produto. É perceptível a relação de subordinação estabelecida com os agricultores na Linha Piquirí, uma vez que as empresas tem o total domínio sobre os processos de produção e comercialização do tabaco. A relação de

dependência tende a se fortalecer, já que além de se apropriar da mão de obra familiar, as empresas oferecem facilidades nos financiamentos e acabam ampliando o seu controle sobre os produtores.

A produção do tabaco orgânico, embora traga maior retorno econômico e diminua o contato com os agrotóxicos aos agricultores que trabalham com esse sistema de produção não altera a relação de subordinação dos mesmos.

Destaca-se, finalmente, a necessidade de políticas públicas que proporcionem aos agricultores outras possibilidades de permanência no campo sem necessitar estabelecer relações subordinadas com o capital internacional. A produção do tabaco, embora contribua com a geração de renda, promove consequências negativas para o agricultor, o ambiente e a sociedade em geral. Sem a intervenção do Estado, os agricultores estarão cada vez mais presos às relações de subordinação que não contribuem, de fato, para o desenvolvimento do e no campo.

Referências Bibliográficas

AFUBRA. **Fumicultura no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em 19 abr. 2017.

AFUBRA. **Associação dos fumicultores do Brasil**. 2017a. Disponível em <<http://www.afubra.com.br/>>. Acesso em 26 de set. de 2017.

BRUM, A. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: vozes. 1998. 19ed. 571p.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria de fumo**. Santa Cruz do Sul: Ed FISC, 1991.209p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 15 de março de 2017.

NARDI, Jean. B. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. 432 p.

SILVEIRA, R. L.L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Biblio 3W REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Vol. XVII, nº 987, 2011, p.1-24.

SILVEIRA, R. L. L. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 19, n. 2, maio/ago. 2015. p.23-40.

SPIES, Rodalice. **O processo de especialização produtiva da microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul –RS**. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

VOGT, O.P. **A produção do fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1994.